

Ricardo Fiúza depõe e nega todas as acusações feitas por Alves dos Santos

por Eduardo Hollanda
de Brasília

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) depôs ontem, durante mais de 10 horas, na CPI do Orçamento, procurando demonstrar que não teve nenhuma participação na manipulação e distribuição de verbas do Orçamento Geral da União, seja como deputado, como relator-geral ou como ministro da Ação Social no governo Col-
lor.

Fiúza iniciou seu depoimento às 9h30, fazendo uma explanação de suas atividades, negando todas as acusações feitas, em depoimento à CPI, pelo ex-assessor do Senado e ex-secretário do Orçamento Federal, José Carlos dos Santos.

Fiúza afirmou que, como ministro, alocou apenas CR\$ 1,27 trilhão, de um total de CR\$ 3,5 trilhões que estavam liberados. Sobre as listas de entidades e prefeituras beneficiadas com as subvenções sociais, que segundo as denúncias seriam feitas pelo deputado João Alves (PPR-BA), ex-relator geral do Orçamento em 1991, Fiúza disse que isto não ocorreu durante o tempo em que foi relator do Orçamento ou ministro.

Mas, apesar de todo o detalhamento de sua exposição — ele falou durante três horas, antes de serem iniciadas as perguntas pelo relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) e mais 36 parlamentares —, Fiúza deixou de responder várias perguntas feitas pelos parla-

mentares. A questão do empréstimo de US\$ 1,5 milhão, em maio de 1991, pela Caixa Econômica Federal (CEF) à Usina Jaçanã, então de sua propriedade, e que até hoje não foi pago, foi questionada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Outro ponto polêmico foi a denúncia, através de documentos, da existência de emendas feitas ao Orçamento de 1992 após a aprovação do texto do relatório final. Fiúza também não explicou a coincidência entre as listagens de entidades e prefeituras elaboradas em anos anteriores a 1991 por Alves e as que terminaram beneficiadas com verbas do Ministério da Ação Social.

Em relação ao empréstimo de US\$ 1,5 milhão, Fiúza garantiu que havia sido um empréstimo de "hot money" a juros de mercado. Mas dados apresentados à CPI indicam que, em primeiro lugar, o departamento técnico da CEF era contra o empréstimo, que tinha Fiúza como avalista. Segundo, a CPI descobriu que os juros cobrados a Fiúza foram de 13,5% ao mês. Na época, os juros de mercado estavam entre o mínimo de 18% e o máximo de 26% ao mês. A única explicação de Fiúza foi dizer que juros de 13,5% não poderiam ser considerados subsidiados. A CPI decidiu ainda ouvir hoje pela manhã Marinalva Moreira, a ex-mulher do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), outro dos acusados por José Carlos dos Santos.